

POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E CAMPO GRANDE¹

Jefferson Carriello do Carmo*

Recebido em: 3 mar. 2013

Aprovado em: 15 abr. 2013

*Doutor em Educação Universidade de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado em História social do trabalho, UNICAMP. Professor no Programa de Mestrado e Doutorado na Universidade Católica Dom Bosco. Líder e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente (GEPPEFTD/HISTEDBR). Campo Grande, MS, Brasil. E-mails - jefferson@ucdb.br; jeffcprof@gmail.com

Resumo: Os objetivos propostos neste texto são dois: o primeiro é o de examinar as ações do governo do Estado de Mato Grosso do Sul quanto ao processo de industrialização, no setor secundário, na esfera estatal e do município de Campo Grande; o segundo é o de verificar os delineamentos deste processo para as políticas de qualificação para o trabalho profissional. Estes objetivos partem da hipótese que o processo de industrialização, no setor secundário, no Estado de Mato Grosso do Sul, articula-se com as políticas educacionais de qualificação para o trabalho, cuja centralidade é treinar um novo tipo de trabalhador, com vistas a atender um novo e diversificado mercado de trabalho. Nestas articulações há contradições demonstrando que esta modalidade educacional está fora dos interesses vitais do Estado.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Trabalho e educação. Desenvolvimento econômico.

POLICIES OF INDUSTRIALIZATION IN EDUCATION FOR WORK IN STATE OF MATO GROSSO SUL AND CAMPO GRANDE

Abstract: There are two aims proposed in this text: the first is to examine the actions of the government of the State of Mato Grosso do Sul within the ambit of the process of industrialization, in the secondary sector, in the sphere of the state and in the municipality of Campo Grande; the second is that of verifying the delineation of this process for the policies of qualification for professional work. These objectives spring from the hypothesis that the industrialization process, in the secondary sector, in the State of Mato Grosso do Sul, is articulated with the educational policies of qualification for work, the central aim of which is to train a new type of worker, seeking to attend new and diversified work opportunities. Within these articulations there are contradictions demonstrating that this educational mode is not within the vital interests of the State.

Key words: Educational policies. Work and education. Economic development.

¹ Este texto é um dos resultados da pesquisa desenvolvida no PPGE/UCDB: Formas de produção e trabalho e as políticas públicas de educação profissional integrada ao ensino médio no Estado de Mato Grosso do Sul. Financiado pelo CNPq (Edital MCT/CNPq n. 014/2010 – Universal).

INTRODUÇÃO

Com a reorganização da economia capitalista entre os anos de 1980 e 1990, ocorreram ajustes processados, dentre outros, no âmbito das novas formas de produção e trabalho, no plano nacional e internacional, configurados por meio de procedimentos econômicos delineados pela globalização e financeirização do capital (CHESNAIS, 1996, 1998, 2005). Neste período, o capital centrava-se na aceleração do desenvolvimento econômico industrial e competitivo e em tipos diferentes de trabalho, cujas bases são as novas formas de produção, conhecimento e aprendizado em que as políticas educacionais de formação para o trabalho assumem um novo e relevante papel (CARLEIAL; VALLE, 1997; MACHADO; NEVES, FRIGOTTO et al, 1994).

Segundo Guimarães (2004), no caso brasileiro, essas alterações encontram eco na primeira metade dos anos de 1980, com as propostas inovadoras dos círculos de controle de qualidade, embora neste momento, nenhuma intervenção significativa ocorreu na forma como estava organizado o trabalho. Na segunda metade dos anos de 1980 inicia-se um processo de reanimação das atividades econômicas, que se estendeu até o final dessa década. Do ponto de vista das novas formas de produção, é possível caracterizar este período por meio dos seguintes aspectos: difusão de equipamentos de base microeletrônica, modernização tecnológica nas novas relações de trabalho e suas implicações para as políticas educacionais.

Nos anos de 1990 é possível observar os primeiros sinais de uma nova forma de economia industrial, que obrigaram as empresas a reorganizarem seus objetivos e estratégias produtivas, imprimindo a competitividade industrial (GUIMARÃES, 2004; LEITE, 1994a, LEITE, 1994b). Esta década aponta em direção a um processo de transformação no âmbito da indústria brasileira, no setor secundário, em que a competitividade industrial é fator determinante para a retomada econômica do país (COUTINHNO; FERRAZ, 1994). Nesse período, é possível observar os primeiros sinais de uma nova forma de produção, na esfera industrial e na visão empresarial.

[...] o país precisa correr nos anos 90 para chegar à modernidade. Qualidade, produtividade e competitividade estão na ordem do dia, principalmente para o setor industrial. Na ótica empresarial, a busca da modernidade supõe, sem dúvida, substituição de máquinas e equipamentos obsoletos. Mas inclui, com reiterada ênfase, a proposta de uma nova filosofia de produção (LEITE, 1995, p. 161).

A retomada do crescimento econômico nos anos de 1990, em direção a um novo processo de industrialização, aponta para dois aspectos, no mínimo: a modernização

tecnológica, juntamente com as novas formas de trabalho e a competitividade industrial, que, por sua vez, são seguidos por mudanças nas políticas educacionais, no campo do ensino de nível médio e técnico profissional (FERRATTI, 1994, 2005; BUENO, 2005; DOURADO, PARO, 2001; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002). A intensidade destas modificações e sua ampliação ocorrem por meio da inovação tecnológica, que invadiram as formas de produção no universo industrial e desenvolveram novas relações de trabalho e de produção pela via de novos padrões de gestão da força de trabalho, cujo alcance manifesta-se, também, no âmbito das políticas sociais de educação (NEVES, 2000). Essas propostas partem da retomada do crescimento econômico, apontam aberturas no âmbito político, econômico e social, sugerem a construção de um novo país para o século XXI.

O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

A preocupação central neste tópico é identificar o processo de industrialização no Estado de Mato Grosso do Sul, setor secundário². Essa apreensão centra-se na consulta de alguns documentos elaborados e criados pelo governo do Estado. Esse procedimento visa identificar as estratégias criadas pelo governo quanto à implementação e à aceleração do processo de industrialização, e como as políticas educacionais de profissionalização foram orientadas por esse processo, no âmbito das mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Os estudos e vários documentos revelam que na econômica política do Estado de Mato Grosso e a região sul-mato-grossense, o processo de industrialização, no setor secundário, encontra eco a partir dos anos de 1970, com políticas econômicas de Estado de cunho Federal (SENNA, 2000; CARMO, 2011, LAMOSO, 2011, PND, 1971; BRASIL, 1973, 1975), mas trazem no seu bojo algumas especificações pertinentes ao Estado, por exemplo, a agroindústria e a indústria de transformação. Com a divisão do Estado em 1977 e nos anos seguintes, é possível constatar novas formas de planejamento industrial, no âmbito estatal, com demandas produtivas e sociais implementadas por políticas econômicas, cuja prioridade centra-se no setor industrial (SANTOS; SCHLINDWEIN; SILVA, 2010). Foi nos anos entre 1986-1990 que o governo priorizou o crescimento, a modernização econômica e a transformação da estrutura produtiva de primária para secundária, entrando na lógica da economia globalizada. Este crescimento e transformação passam, no mínimo, por dois

²O que estamos entendendo, por setor secundário, é o estágio do desenvolvimento econômico capitalista em que a principal unidade de produção é a indústria (MARX, 1989; SUZIGAN, 2000; BAER, 1977).

agentes: o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de políticas de incentivos fiscais e pela Federação das Industriais do Estado Mato Grosso do Sul (FIEMS).³

Na esfera do governo estadual, foram vários os empreendimentos estratégicos tendo em vista o processo de crescimento no setor secundário. O documento Os caminhos do desenvolvimento, de 1984, criado pela Secretaria de Indústria e Comércio (SIC)⁴ e pela Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul (CODESUL)⁵, teve como centralidade focar as principais oportunidades de investimento no Estado e atrair a vinda de indústrias para a região.

A preocupação da Secretaria de Indústria e Comércio em atrair novas indústrias para o Estado e estimular o surgimento e o desenvolvimento das atividades industriais em Mato Grosso do Sul, encontra sua justificativa maior numa realidade incontestável: praticamente toda a receita tributária estadual, assenta na arrecadação de ICM, é quase toda proveniente dos setores primário e terciário da economia (MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1984, p. 3).

Essa preocupação encontra justificativa, maior, na arrecadação do Imposto na Circulação de Mercadorias (ICM), quase toda ela proveniente do setor primário e terciário. “A participação do setor secundário tem se mostrado inelástico nos últimos anos, girando em torno de 10% a 12%” (SIC, 1984, p. 3). Essa constatação foi posta pelo governo como desafio e estímulo para desenvolvimento e crescimento industrial no Estado, por meio da implantação dos núcleos industriais e pelos projetos realizados e administrados pelo governo através da SIC e do CODESUL. Esta iniciativa centra-se no objetivo de modificar o quadro econômico do Estado quanto a sua arrecadação de ICM e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Os instrumentos para viabilizar este objetivo foram a SIC e o CODESUL, nos primeiros meses de 1983, que deram início ao estudo de implantação do Programa de Apoio à Industrialização de Mato Grosso do Sul, (PRÓ – INDÚSTRIA) transformada em Lei Estadual em março de 1984, cuja finalidade foi expandir o espaço econômico do comércio exterior. Esta ampliação ocorreu pela criação do Centro de Comércio Exterior de Mato Grosso do Sul (CECEMS), administrado pela iniciativa privada, cujo principal objetivo foi [...] “fomentar a exportação dos produtos da economia estadual, sobretudo para os países limítrofes de Mato Grosso do Sul” (SIC, 1984, p. 10), tendo sua Secretaria Executiva sediada na CODESUL. A

³ Sobre a Confederação das Industriais de Mato Grosso do Sul será realizada uma discussão posteriormente.

⁴ A Secretaria de Indústria e Comércio foi criada pela Lei n. 218 em 06 de maio de 1981 vindo a ser o órgão central de coordenação do Sistema Executivo para o desenvolvimento da Indústria e Comércio e Turismo de Mato Grosso do Sul.

⁵ O CODESUL foi criado pelo Decreto n. 29 de 1º de Janeiro de 1979. É uma empresa pública vinculada e executada pela Secretaria de Indústria e Comércio de Mato Grosso do Sul.

Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul S/A (O MS-TUR), criada pelo Decreto n. 132, de 28 de Maio de 1979, tinha como finalidade divulgar e promover as belezas naturais do Estado, e por objetivo atrair investidores para o desenvolvimento do setor de turismo.

Para facilitar o comércio no Estado foi criada a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS), autarquia materializada pelo Decreto n. 24, de 1º de Janeiro de 1979. Em 1982, pelo Decreto n. 1736, de 02 de Agosto de 1982, foi criado o Departamento de Pesos e Medidas de Mato Grosso do Sul (DPM – MS), sendo responsável pelos trabalhos de metrologia do Estado, vinculado à SIC. Para o apoio das pequenas e médias empresas foi criado pela Lei n. 2.090, de 8 de outubro de 1982, o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Mato Grosso do Sul (CEAG – MS). Este órgão vincula-se administrativamente à SIC sendo, ainda, um agente estadual do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), órgão do Ministério da Indústria e Comércio. Com a finalidade de incentivar o “progresso” no Estado foi criado o Conselho do Desenvolvimento Industrial do Mato Grosso Do Sul (CDI – MS), vinculado à SIC, que tinha como objetivo “específico de operacionalizar a concessão dos incentivos fiscais às novas indústrias que se estalarem no Estado, previstos na Lei n. 440, de 21 de março de 1984” (p. 18). Essas ações praticadas, pelo governo estadual, tinham como centralidade dar continuidade às mudanças socioeconômicas que estavam ocorrendo no País na corrida à modernização do Estado e colocá-lo na lógica do capital globalizado.

Em 1985, por ocasião do VI Encontro do Centro – Oeste em Campo Grande, a CODESUL publicou o documento: Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos, cujo conteúdo foi “levantar dados econômicos relativos aos últimos cinco anos, traçar um perfil das atividades existentes em Mato Grosso do Sul”, com a finalidade principal de “apresentar, de forma sintetizada, dados gerais sobre os três setores da atividade econômica do Estado” (MATO GROSSO DO SUL. Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul, p. 5).

Quanto ao setor secundário, pontua o documento que nos primeiros anos da década de 1980 a economia, ainda, estava norteadada pela agropecuária, embora se constate que o setor industrial estava crescendo de modo significativo. Uma das estratégias do governo foi

reorganizar o sistema produtivo, passando de um modelo de mero exportador de matérias-primas e importador destes mesmos produtos e outros com algum tipo de beneficiamento ou transformação, para um modelo que se utiliza das matérias-primas locais e as beneficie e transforme, imprimindo um maior desenvolvimento às atividades econômicas (MATO GROSSO DO SUL, 1984, p. 18).

Com isso houve diminuição da participação na arrecadação do ICM por setor e ampliação do crescimento do PIB do estado, prerrogativa posta pelo Governo Federal, já no início dos anos de 1970, para a região Centro-Oeste. Neste período, a pretensão do governo local foi dinamizar o processo econômico do Estado, por meio da criação de vários departamentos que viabilizaram incentivos, propiciaram e contribuíram para as primeiras manifestações industriais, na região. Outra contribuição fundamental, nesse processo, foi a melhoria da infraestrutura, comunicação, transporte, energia elétrica etc. Posteriormente, a criação dos distritos industriais⁶, que tiveram e estão tendo um papel relevante na economia do Estado e permitiram apoiar os polos industriais de desenvolvimento. Presente e contribuindo neste processo de crescimento do setor secundário, é a população economicamente ativa empregada no setor, que no período de dez anos (1970-1980) cresceu 166%.

A infraestrutura social do estado, referente à questão educacional⁷ e do trabalho, teve um crescimento considerável após o ano de 1984. O documento: Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos (1985, p. 28-30) acentua que o Estado de Mato Grosso do Sul contava, até 1984, com um total de 3.603 estabelecimentos de ensino, sendo 11.982 salas de aula, com um total de 369.413 alunos atendidos nos três turnos. O ensino superior é ministrado por oito entidades, sendo que as principais são a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, com Centros Universitários em Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas; Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, em Campo Grande e Centro de Ensino Superior Prof. Plínio Mendes dos Santos, também em Campo Grande. As entidades SESC, SENAC, SESI e SENAI, localizadas em Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Ponta-Porã e Corumbá, ministram cursos de formação de mão de obra, nas áreas comerciais e industriais, bem como atendimento médico aos seus usuários. O Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa do Estado de Mato Grosso do Sul (CEAG/MS), órgão do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS), além de ministrar cursos

⁶ O Estado de Mato Grosso do Sul, no início dos anos de 1980, contava com o Distrito de Campo Grande, Dourados, Três lagoas, Ladário e o Polo Siderúrgico de Corumbá.

⁷ Sobre a Educação Superior e o seu crescimento no Estado de Mato Grosso do Sul ver: Brasil (2006).

de formação e aperfeiçoamento gerencial, também pode repassar linhas de financiamento à pequenas e micro empresas.

O Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1984, através do Sine, teve 28.853 recursos humanos inscritos para 17.596 vagas oferecidas por empresas, donde a colocação foi de 33,5 %, isto é, 9.661 pessoas colocadas. O índice de colocação por atividade econômica: Agricultura, Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços, atingiram 1.539, 1.032, 2.188, 1.512, 3.390, respectivamente. Analisando o mercado de emprego segundo estes dados estatísticos, observa-se que o maior contingente de colocação está na área de prestação de serviços. (MATO GROSSO DO SUL, 1984, p. 30)

Nesse sentido, cabem duas observações quanto aos caminhos que foram traçados pelas ações do governo à economia da região sul-mato-grossense: a do estado interventor e da ideologia do capital humano. Enquanto estado interventor criou mecanismos sistemáticos visando o desenvolvimento econômico e social sem, contudo, preocupar-se em modificar a estrutura capitalista, mas ampliar o setor industrial e tornar o estado mais competitivo no âmbito nacional e internacional. O período em análise mostra um estado, que por meio do processo e crescimento industrial, no setor secundário, imprime um forte planejamento econômico cuja finalidade foi implementar e consolidar uma nova etapa da economia sul-mato-grossense. Os dados extraídos do IBGE e apresentados por Zamberlan et al (2010, p. 126-27) mostram que a intervenção do governo do estado no âmbito das políticas de concentração e regulação da econômica industrial foi eficaz.

[...] o total de unidades industriais em Mato Grosso do Sul era de 2.309 em 1985 e passou para 3.528, um crescimento bruto de 52,79%, menor do que o crescimento percentual do número de estabelecimentos no Brasil, que passou de 207.376 para 397.081 unidades industriais no mesmo período, um crescimento de 91,48 %. Todavia, apresentando uma taxa de 104,52% no crescimento bruto do número de estabelecimentos industriais, a Região Centro-Oeste, ficou pouco atrás do Sudeste e do Sul do Brasil, com taxas de crescimento de 106,03% e 147,88%, respectivamente, dentro do período 1985 a 1995. Segundo o IBGE (2004), para 2004, o número de indústrias em Mato Grosso do Sul ultrapassa 5.000 unidades com mais de 56.000 pessoas ocupadas.

Nessa preocupação do desenvolvimento econômico industrial, faz-se presente a segunda observação pautada na formação escolar para o trabalho profissional, justificada teoricamente pela *Teoria do Capital Humano* que atua na perspectiva economicista. Surgida após a Segunda Guerra Mundial, esta teoria define a educação como um fator de produção.

A teoria do capital humano é uma esfera particular da teoria do desenvolvimento, marcada pelo contexto em que foi produzida, uma das expressões ideológicas dominantes desse período. A teoria do desenvolvimento, geral e abrangente, pelas suas características e pela problemática abordada, é muito mais uma teoria da modernização do que uma teoria explicativa do desenvolvimento capitalista, isto é, das bases materiais e das condições sociais em que assenta o processo de produção e reprodução das formações sociais capitalistas (FRIGOTTO, 1989, p. 40).

Esta teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos "recursos humanos" para a estrutura de produção.

O processo educativo, escolar [...] é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. De acordo com a especificidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda (FRIGOTTO, 1989, p. 40-41).

É nessa lógica que articula o sistema educativo com o sistema produtivo. A educação passa a ser o principal capital humano enquanto, concebida como produtora de capacidade de trabalho e potencializadora do fator trabalho. Para a Teoria do Capital Humano, a educação passa a ser um investimento como qualquer outro, instrução ou treinamento com vistas à capacidade de trabalho produtivo. Nas palavras de Frigotto (1989, p. 41),

[...] a ideia de capital humano é uma "quantidade" ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

Resumindo, podemos dizer que a capacitação, no âmbito do processo de industrialização, teve como ênfase a teoria do capital humano que se efetiva em torno dos processos educativos de treinamento/qualificação para responder aos interesses ou às necessidades de redefinição do padrão de acumulação capitalista industrial. Essa qualificação será tão decisiva que conceitualmente o trabalho deixará de ser uma atividade humana para transformar-se em capital humano, o que reforça dois entendimentos: a) que a teoria do capital humano envolve os aspectos financeiros presentes na maquinaria na terra e na tecnologia; b) na teoria do capital humano todos podem ser capacitados, treinados

constantemente, por meio, da educação. Ambos os entendimentos postos tornam-se mais claros através da noção de investimento, mensurado em termos de número de anos de escolaridade; em termos de tipo de estudo feito; de aprofundamento obtido formalmente. A partir disso, a noção de capital humano propõe uma mensuração também dos resultados desse investimento (pois os anos de escolaridade, seus níveis e modalidades representaram custos, mensurados em unidades monetárias). E os resultados serão então aferidos em forma de aumento no nível de renda pessoal e social. Em nível pessoal, a aferição é feita através de diferenças nos rendimentos, em função do nível de escolaridade atingido. Foi nesta lógica que foi implementada a educação para o trabalho profissional nas ações dos governos no Estado do Mato Grosso do Sul, no período em análise.

Pode-se ainda inferir que a proposta do governo sobre a questão trabalho e educação, no documento Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos, o trabalho aparece na ótica da solidariedade orgânica e contratual⁸, assume como prioridade uma atividade que produz riqueza, isto é, mercadoria e propicia a interação entre os homens em torno do capital, e também promove um crescimento considerável de “recursos humanos”, nos vários segmentos da atividade econômica. Neste sentido, o trabalho assume uma relevância fundamental nesta “nova” ordem da reestruturação produtiva do Estado, coloca exigências específicas para o processo educativo visando à participação direta dos trabalhadores no processo de produção. Quanto à educação esta assume, no âmbito da legislação, a funcionalidade de justificar a formação específica para as profissões, está entendida como forma contratual reconhecida pela sociedade na relação capital e trabalho.

CAMPO GRANDE

A cidade de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste, nos últimos anos vem despontando como um importante polo para a industrialização no setor secundário, devido à “política de atração” do estado e do município, seguida por uma política federal de desconcentração da indústria dos grandes centros industriais do país. A iniciativa da política de atração parte dos governos federal, estadual e municipal, e oferece isenções fiscais e de infraestrutura para a instalação de empresas. Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul vem se destacando no cenário brasileiro e internacional por estar integrado com várias parcerias de empresas de diversos segmentos da região, viabilizando

⁸ Para uma constatação desta compreensão do trabalho, dentre outros, ver: Durkheim (1999) e Tiryakian (2005).

cada vez mais uma economia modificada pela industrialização, no setor secundário.⁹ Este setor vem registrando um crescimento econômico visível, de um lado, e os investimentos em políticas de desenvolvimento econômico consideráveis, de outro.

Os investimentos em políticas de desenvolvimento tiveram de forma mais sistematizada, no âmbito das mudanças ocorridas nas formas de produção e trabalho a partir dos anos de 1990. Essa foi uma tendência de crescimento que marcou de forma significativa as políticas de economia industrial no Brasil. No caso do município de Campo Grande, em 25 de outubro de 1999, a Prefeitura, por meio da Lei complementar n. 029, instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODECON), cuja atuação era de natureza consultiva na emissão de pareceres de programas e projetos de desenvolvimento econômico a serem implantados no município, em especial aqueles apresentados por empresas interessadas em receber os benefícios do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES) essa lei foi regulamentada pelo Decreto n. 166, de fevereiro de 2005 e teve os seguintes objetivos:

[...] promover a desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e tecnológico do município; estimular a transformação industrial de produtos primários e recursos naturais existentes em Campo Grande e região; proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos mercantis de micro e pequenas empresas; oferecer as empresas já instaladas, condições de desenvolvimento e expansão de suas atividades; viabilizar condições de instalação no município, de empresas de outras regiões do território nacional ou do exterior. (PERFIL socioeconômico de Campo Grande, 2006, p. 72)

⁹ SETOR SECUNDÁRIO. Com o propósito de por em prática e agilizar a política de desenvolvimento econômico, por meio da Lei n. 4.264, de 1 de janeiro de 2005, foi criada a Agência de Desenvolvimento Econômico de Campo Grande – ADCG, com a missão de planejar, induzir e intensificar as ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social de Campo Grande, tendo como diretriz: atuar proativamente como agente facilitador e de apoio a empreendedores, locais ou não, na articulação, informação e orientação nos procedimentos legais, bem como junto aos diversos atores, de maneira a agilizar a operação dos empreendimentos interessados a se instalarem, re-localizarem ou ampliarem seus negócios na Capital, especialmente os beneficiados pelo PRODES, e na inovação para a competitividade. Os principais eixos de desenvolvimento, sem prejuízo dos demais, estão relacionados a ações em parceria com outros órgãos da Prefeitura Municipal de Campo Grande, entidades de classe, federações, sindicatos e universidades, para realização de:

- Desenvolvimento econômico e social por meio da implantação e consolidação de empreendimentos locais e oriundos de outras localidades, com agregação de valor e inovação, para elevação de produtividade.
- Viabilização de plataforma logística intermodal de transportes e distribuição, estabelecendo vantagens competitivas para produtos e serviços da Capital e do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Implantação de Polo Tecnológico, proporcionando condições para o estabelecimento e consolidação de meios de produção com elevado valor agregado e capital intelectual, gerando inovação em produtos, processos e serviços.
- Capacitação e qualificação profissional para preparação e melhora dos modos de produção, para atendimento a empreendimentos tradicionais e inovadores. Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande/MS – SISGRAN. Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/sisgranweb/conteudoPerfil.php?s=65&idPer=102&location=60>>. Acesso em: 15 abr. 2010

Estes objetivos centraram-se nas políticas de incentivos ao desenvolvimento econômico sustentável do município, propiciando e oferecendo aos empreendedores de todas as regiões do Brasil, como também, para indústrias multinacionais, desde a sua instalação no município até a mão de obra qualificada.

[...] doação de terreno com infraestrutura básica para implantação da empresa; execução de serviços de terraplenagem e/ou abertura de vias de acesso; isenção ou redução de ISSQN e IPTU; qualificação da mão-de-obra a ser contratada. (PERFIL socioeconômico de Campo Grande, 2006, p. 71).

Em janeiro de 2005 foi criada a Agência de Desenvolvimento Econômico de Campo Grande (ADCG), cuja “missão principal foi intensificar as ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social de Campo Grande” (Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006, p. 71). Esta agência facilita e apoia os empreendedores através de dados, informações quanto aos procedimentos legais e propiciando articulações com organismos públicos e privados voltados ao desenvolvimento econômico e do processo de produção dos interessados em instalar-se no município. Dados do PRODES de janeiro de 2000 registram dezenas de projetos que foram aprovados em muitas áreas cedidas pela prefeitura do município, que garantem a milhões de trabalhadores empregos diretos e indiretos. Os ramos dessas empresas são diversificados (serviços, comércio e indústria de diferentes seguimentos) e localizam-se em lugares estratégicos da cidade. Ainda segundo os dados, a facilidade de mão de obra, a matéria prima abundante e diversificada e os incentivos são os grandes atrativos para a instalação dessas empresas.

Os polos empresariais da Prefeitura Municipal de Campo Grande fazem parte de sua política de desenvolvimento e disponibiliza para os empreendedores, áreas com infraestrutura básicas chamadas de Polos empresariais.

São áreas especiais, de pequeno médio e grande porte, previamente escolhidos e de excelente localização, ligadas em rodovias, próximas de ferrovia e de aeroporto, visando atender as empresas de todos os portes e dos mais diferentes seguimentos econômicos. Estes locais contam também, com os serviços públicos municipais de educação, de saúde, de transporte urbano e com fácil acesso ao comércio. Os lotes são entregues com infraestrutura básica necessárias para a instalação de plantas industriais (PERFIL socioeconômico de Campo Grande, 2006, p. 72-73).

Atualmente, há quatro polos empresariais no município, sendo eles: (1) Polo Empresarial Miguel Letteririllo, que possui 50 hectares subdivididos em 44 lotes, com infraestrutura básica, ruas com revestimento primário e drenagem pluvial em todas as vias; redes de energia elétrica e água, telefonia, ramal de gás sendo implantado; (2) Polo

Empresarial Cons. Nelson Benedito Netto, com 314 hectares divididos em aproximados 280 lotes, com a finalidade de atender empreendimentos industriais, comerciais e de serviços de transporte, encontra-se em fase de implantação da infraestrutura necessária; (3) Polo Empresarial Paulo Coelho Machado, com uma área aproximada de 5,5 hectares, dividido em 70 lotes, que destinam-se, prioritariamente, à instalação de micro e pequenas empresas, em especial as oriundas das incubadoras; (4) Área do Anel Rodoviário, duas áreas juntas ao Anel Rodoviário Edgard Lopes de Faria, sendo uma com 162 hectares e a outra com 112 hectares, que, além de estarem ligadas ao Anel Rodoviário, contam também com acesso a Ferrovia e são abastecidas pelo ramal de gás. A finalidade é atender às empresas com necessidades específicas, seja por dimensão do terreno, por precisar contar com mais de um modal de transporte e para atendimento de questões ambientais.

Já o Núcleo Industrial de Campo Grande foi implantado em 1977, pela Prefeitura Municipal, sendo posteriormente transferido ao Governo Estado, responsável por sua administração. Criado com 200 hectares existentes, 122 são de área útil, que estão loteados em pequenas, médias e grandes áreas, com o objetivo de atender às empresas de todos os portes. Esse núcleo conta com 80 lotes, sendo que as empresas aí instaladas contam com as seguintes infraestruturas: pavimentação e drenagem pluvial na avenida principal, revestimento primário nas vias secundárias, rede e estação rebaixadora de energia elétrica, linha de ônibus, estação telefônica, unidade assistencial do SESI, ramal de gás natural, trevo de interligação e acesso às BR 262 e 163 asfaltado. A sua localização é a sudoeste do perímetro urbano, onde tem acesso pela BR 262 e pelo Anel Rodoviário que contorna praticamente toda a malha urbana, ligando a saída Norte BR 263 (Cuiabá), Leste 262 (Três Lagoas-São Paulo) e Sudoeste BR 060 (Sidrolândia) (Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006).

O município ainda conta com o programa de Incubadoras Municipais, cujo objetivo é proporcionar assistência temporária às novas empresas industriais. Esse amparo de infraestrutura, apoio técnico, administrativo e de serviço

Tem por objetivo oferecer condições para aumentar as chances de sucesso de novas industriais: introduzir novas indústrias no contexto socioeconômico local; gerar novos empregos; fortalecer a economia local; formar empreendedores sintonizados com as exigências de competitividade em uma economia globalizada; promover a inovação tecnológica, através do intercâmbio com universidades, institutos de pesquisa e grandes empresas (PERFIL socioeconômico de Campo Grande, 2007-2008, p. 86)

Os dados indicados no Perfil Socioeconômico de Campo Grande, (2007-2008), registram a presença de três incubadoras, sendo elas: Incubadora Municipal Mario Covas que Quæstio, Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 94-117, maio, 2013.

contém 6 módulos individuais onde estão instaladas as empresas do setor de Confecção; Incubadora Municipal Francisco Giordano Neto, que contém 6 módulos individuais onde estão instaladas as empresas de confecção de artefatos em couro. Incubadora Municipal Norman Edward Hanson, contendo 9 módulos e abrigam as indústrias de alimentos.

É notável que os investimentos, por parte do governo sul-mato-grossense, no âmbito estadual e municipal, juntamente com suas parcerias com as agências privadas, são visíveis quando observadas pela via de suas ações no âmbito do desenvolvimento e crescimento econômico industrial. Os investimentos revelam um novo perfil econômico nos seus vários municípios, no setor secundário e terciário, propiciando novas formas de trabalho e produção, cuja consequência é visível não só no âmbito do desenvolvimento econômico, mas também nas formas que vêm sendo organizada a educação para o trabalho no Estado.

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O projeto de educação para o trabalho no Estado ocorre num contexto de modificações em vários segmentos, em destaque para o processo de fortalecimento da indústria, no setor secundário.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a base educacional para o trabalho estava na reforma do ensino médio e do ensino técnico, que passam por um processo de modificação instalado na legislação educacional. Esta, por sua vez, apoiou-se nas novas formas de reestruturação produtiva, na ampliação de tecnologias avançadas, na competitividade industrial e na sociedade de bens de consumo valorizando o sistema de ensino para a produção de saberes e competências (IVERS, 2000; PETRINI, 2000; MORAES, 2000). Este plano, materializado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96 (LDBN), e no Decreto de n. 2.208/97, instituiu as bases da reforma do ensino médio profissional, no plano governamental, privado e social.

Em linhas gerais, essa legislação, no campo das relações entre Estado e políticas educacionais, é dirigida para o desenvolvimento de estratégias formativas destinadas à qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores jovens e adultos, por meio da formação continuada. A finalidade dessa formação é o progresso de habilidades e de conhecimentos básicos, específicos e de gestão, voltados para o desenvolvimento plural do indivíduo, e o reconhecimento e a valorização dos saberes adquiridos pela experiência de trabalho (MORAES, 1999; DIEESE, 2008).

Com a promulgação da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, pela lei complementar n. 31 de 11, de outubro de 1977, é possível identificar no Capítulo III – Da educação, Da Cultura e do Desporto – Seção I – Da Educação, especificamente, no artigo 194, inciso IV, a preocupação da formação para o trabalho, cujo dever é prerrogativa do Estado. Nos artigos 195 e 196 há uma ampliação significativa da formação para o trabalho no âmbito estatal e municipal, que além de supervisionar a formação técnica deve proporcionar uma educação que considere as particularidades das regiões, dos grupos sociais; propiciar incentivos fiscais; criar e expandir o ensino técnico gratuito.

Art. 195. O Estado, tendo em vista as peculiaridades regionais e as características de grupos sociais, estimulará, diretamente ou através de incentivos fiscais, a criação e a expansão do ensino técnico e do de agropecuária, a serem ministrados gratuitamente ou através de bolsas de estudo.

Art. 196. As entidades subvencionadas pelo Poder Público assegurarão estágios supervisionados a alunos de cursos profissionalizantes mantidos pelo Estado e pelos Municípios.

No Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 34), a Educação para o trabalho é tratada e contextualizada dentro da nova ordem legislativa da educação profissional sem, contudo, perder de vista as características econômicas, sociais e de parcerias entre setores públicos estaduais, municipais, como também com os organismos não governamentais.

Em Mato Grosso do Sul, até 1996, a formação profissional fora tratada no interior dos cursos de ensino de 2º Grau, conferindo aos concluintes habilitações específicas como as de Magistério de 1º Grau e Técnico em Contabilidade. Este procedimento foi adotado maciçamente pelas escolas, desprovido, entretanto, da intenção de promover a profissionalização, mas tão somente para dar cumprimento a determinação legal da época. A partir da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394, de 1996, e da consequente normatização pelo sistema de ensino de Mato Grosso do Sul, a educação profissional adquiriu identidade e espaço no contexto educacional do Estado. Antes, a oferta da verdadeira educação profissional, que preparava o egresso para o mercado de trabalho, era realizada no âmbito de apenas algumas instituições específicas. Hoje, e aberta a todos os estabelecimentos de ensino que apresentem as condições requeridas para tanto e esta voltada para o atendimento às demandas localizadas, mediante cursos de educação profissional. Contudo, trata-se atualmente neste Estado de prerrogativa das instituições privadas, uma vez que o poder público tem revelado timidez com relação à atuação nesse campo educacional, o que, de certa maneira, tem ocasionado restrições de atendimento e constituído aspecto inibidor ao acesso de significativo contingente de jovens e adultos a essa formação (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 37).

A citação acima, relativamente longa, resume o essencial dessa modalidade educacional, prerrogativa do Estado, cuja finalidade é preparar o egresso para o mercado de

POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E CAMPO GRANDE

trabalho, seguindo as determinações previstas na LDBN, 1996. O Estado reconhece as dificuldades relativas à educação profissional e indica procedimentos de orientação com qualidade a fim de corresponder aos anseios e interesses da demanda emergente desta modalidade educacional. Estes procedimentos são norteados pela

[...] ampliação e diversificação da oferta, abrangendo as várias áreas profissionais, inclusive com atendimento pelos Poderes Públicos do Estado; a garantia da qualidade dos cursos de forma a capacitar os egressos para o desenvolvimento de atividades de produção; o estabelecimento de parcerias entre setores públicos e organismos não governamentais para sua implementação e o investimento na formação continuada dos docentes” (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 39).

Estas recomendações foram indicadas e arroladas, também, pela sociedade civil da seguinte forma:

1. Incentivo à oferta da educação profissional, em atendimento as demandas regionais;
2. Estabelecimento de uma política de educação profissional contínua vinculada a uma política de geração de emprego e renda;
3. Formação, qualificação, capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos que atuam na educação profissional, preparando-os, inclusive, para trabalhar a inclusão social e assegurar a qualidade de ensino;
4. Investimento em edificação, instalação e reordenamento de espaços físicos, para a oferta de cursos, com vistas a assegurar a qualidade e a efetividade do processo de ensino;
5. Organização de currículos que atendam as peculiaridades regionais, ensejando a inserção do egresso no mundo do trabalho;
6. Provimento de espaços físicos específicos a oferta, com laboratórios, oficinas, recursos tecnológicos, acervo bibliográfico e equipamentos;
7. Promoção e implementação de parcerias entre Estado, Municípios e demais segmentos da sociedade organizada, visando ao fortalecimento e a qualidade da educação profissional;
8. Proposição de oferta da educação profissional voltada aos princípios da cooperação agrícola e da agroecologia, incorporando novas formas de desenvolvimento rural, inclusive com auxílio das novas tecnologias (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 39).

A fim de assegurar o funcionamento e a manutenção desta modalidade educacional, o governo estadual, com vistas à nova ordem econômica e educacional, implementou, por meio da Secretária da Educação de Mato Grosso do Sul (SED) e outros parceiros, metas e vários objetivos, como segue:

1. Assegurar, na estrutura funcional da Secretaria de Estado de Educação, instância própria para coordenar a implantação e implementação da educação profissional no Estado de Mato Grosso do Sul;
2. Criar, até 2005, um fundo para manutenção e implementação da educação profissional;
3. Criar, em 2004, um sistema integrado de informação em parceria com órgãos governamentais e instituições privadas, que oriente a política de educação profissional, com atualização anual;
4. Estabelecer, com base na meta anterior, um programa de parcerias para executar a política de educação profissional em Mato Grosso do Sul;
5. Realizar e implementar a avaliação institucional dos cursos de educação profissional oferecido no Estado;
6. Promover

seminários, visando a integração e ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área em âmbito estadual a partir de 2004; 7. implementar a infraestrutura operacional para a oferta de cursos de educação profissional, com relação a laboratórios recursos tecnológicos acervo bibliográfico e outros equipamentos necessários; 8. mobilizar, articular e ampliar a capacidade instalada e em potencial, para a oferta da educação profissional no Estado; 9. oferecer cursos de educação profissional voltados para os educandos com necessidades educacionais especiais, inclusive em parceria com entidades, a partir de 2004, com vistas a novas propostas de geração de renda; 10. estabelecer currículos que atendam, além da formação específica, as peculiaridades regionais, pautados na formação e no fortalecimento da educação para a cidadania; 11. priorizar a construção de centros públicos de educação profissional a partir de 2004; 12. implantar e implementar cursos de educação profissional, básicos e técnicos, em articulação com o ensino fundamental e médio, nas escolas instituídas no Estado de Mato Grosso do Sul, com estrutura voltada principalmente a vocação agrícola; 13. elaborar até 2004 um plano de atendimento da educação profissional em conjunto com os demais órgãos do poder público responsáveis pela política estadual de geração de emprego e renda (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 39-40).

É notável, ainda, nos governos do Estado, nas várias gestões e de diferentes siglas partidária, por meio dos Planos de Gestão e Metas, a preocupação com a educação para o trabalho. Como indica o Plano Estadual de Educação de MS, até o ano de 1996 a educação profissional era tratada no âmbito do 1º e 2º graus, encaminhamento dado pelas Diretrizes vigentes do Governo Federal.

No caso de Estado de Mato Grosso do Sul, no Relatório de Gestão (1995-1998) publicado pela Secretária de Estado de Finanças, Orçamentos e Planejamento Superintendência de Planejamento (SUPLAN) e a Diretoria de Planejamento (DIPLAN), ao referir-se sobre trabalho e cidadania, indicam que a política de qualificação profissional foi desenvolvida juntamente com outras ações: o desenvolvimento da capacidade produtiva dos empreendedores e trabalhadores e a “humanização do trabalho”. Essas atuações tiveram a contribuição do Governo Federal, através do repasse de recursos federais e da participação de instituições públicas e privadas na implementação de ações efetivas, que, segundo o relatório, possibilitaram e viabilizaram o desenvolvimento do Estado. O Governo, na área do trabalho, visou ao aumento da eficiência e da equidade no mercado, viabilizando:

A implementação de políticas de qualificação profissional e de fomento ao emprego, bem como de proteção ao trabalhador; a construção das condições objetivas para a modernização das relações do trabalho, com relações trabalhistas que facilitem o entendimento e o processo de negociação entre as partes (SUPLAN/DIPLAN, 1995 - 1998, p. 43).

As políticas de qualificação profissional, segundo as propostas do governo estadual, estavam sendo implementadas pelo Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), criado em 1995. Este órgão do Governo consolidou e disponibilizou instrumentos para “a

sociedade, microempreendedores urbanos e rurais, suas cooperativas e formas associativas de produção, e os trabalhadores autônomos, passassem a ter acesso facilitado ao crédito, aliado a programas de qualificação técnico-gerencial e profissional” (SUPLAN/DIPLAN, 1995-1998, p. 43).

Os programas de qualificação do trabalhador tiveram no Estado de Mato Grosso do Sul a contribuição do Governo Federal pelo Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador, (PLANFOR) que, em 1995, atendeu aproximadamente 16% da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado, priorizando os “trabalhadores desempregados ou sob risco de perda do emprego, autônomos, pequenos e microprodutores do setor urbano e rural, e populações em desvantagem no mercado de trabalho: jovens, portadores de deficiências, grupos étnico-raciais e trabalhadores com baixa escolaridade” (SUPLAN/DIPLAN, 1995-1998, p. 44).

Nos relatório das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, na gestão 1999 a 2003, suas ações sobre a qualificação profissional estão materializadas nas políticas de geração de emprego e renda. As políticas voltadas para a qualificação profissional tinham como objetivo a requalificação dos trabalhadores, cujo público alvo era pessoas desocupadas, pessoas ocupadas, em risco de desocupação permanente ou conjuntural, empreendedores (que já tinham ou queriam iniciar micro e pequenos negócios) e pessoas autônomas associadas, cooperadas ou autogeridas.

No governo de 1999 foi criado o Projeto Saber que, com a ajuda do governo federal, por meio do PLANFOR, treinou 22.960 trabalhadores, 3.753 pequenos e microprodutores, 4.000 trabalhadores sob risco de desocupação e 1.290 trabalhadores autônomos, em 52 municípios; além de desenvolver 3 projetos especiais: avaliação externa, acompanhamento e supervisão e qualificação de membros da comissão (SUPLAN/DIPLAN, 1999, p. 39).

Os números revelam que a atuação do governo federal através do FAT foi fundamental nestas ações. Por exemplo, no ano de 1999 o Governo Federal repassou para o Estado de Mato Grosso do Sul o valor de 3.586.000,00. Neste período, foram treinados 23.173 trabalhadores e foram atendidos 52 municípios. No ano de 2000 o valor repassado foi de 4.140.000,00. O treinamento para o trabalho, nesse período, foi de 30.210 e foram atendidos 67 municípios. Em 2001, o valor de repassado foi de 2.421.000,00, o treinamento ocorreu para 16.469 e municípios atendidos foram 68.

Os dados retro referidos revelam duas situações: a primeira é sobre a necessidade de qualificação para o trabalho, cuja centralidade está no atendimento das novas formas de produção, tendo em vista a ausência de mão de obra qualificada para o estado, sendo este atendimento uma prerrogativa posta na Constituição do Estado sul-mato-grossense. A segunda é que esse processo de qualificação está posto como políticas do governo de ação social de geração de renda, mas que de fato visa atender a demanda de trabalhadores qualificados e os interesses do capital diluídos nas novas formas de produção e trabalho das indústrias instaladas no Estado, tendo em vista a inserção do Estado no processo de participação do crescimento do PIB brasileiro.

Os relatórios dos governos entre os anos de 1995 até 2003, guardados as devidas proporções de nossa análise, indicam que o processo de qualificação para o trabalho ocorre no âmbito das políticas sociais. Independentemente da sigla partidária, seguem os mesmos objetivos estipulados pelas novas formas de produção e trabalho e qualificação profissional já posta no Relatório de Gestão de 2001

[...] cooperação técnico-financeira mútua para a execução de atividades inerentes a qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, visando construir, gradativamente, oferta de educação profissional permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, articulado à capacidade e competência existente nessa área, contribuindo para o aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, permanência no mercado de trabalho, aumento de produtividade e redução dos níveis de desemprego e subemprego (SUPLAN/DIPLAN, 2001, p. 90).

Na cidade de Campo Grande a educação profissional, vista pela Lei Orgânica do Município, no Capítulo VI – da educação, da cultura e do Desporto Seção I – Da educação indica que essa modalidade educacional é prerrogativa do Estado, mas havendo carência de mão de obra na urbe a educação profissional passa a ser, também, de sua responsabilidade, embora esteja sendo assumida pelos entes federativos, o município de Campo Grande e parceiros no domínio do público e privado.

O sistema S, por exemplo, sob o comando da Confederação Nacional da Indústria (CNI), tem atuando no município por meio das FIEMS de forma intensa, proporcionando cursos de capacitação para o trabalho, cujo objetivo é atender a mão de obra esperada pelo mercado de trabalho.

Há registros fornecidos pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul que desde o período de 2006 até 2011, só no município de Campo Grande, foram deliberados mais ou menos oitenta cursos na área profissional e tecnológica incluindo a

Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Em muitas destas deliberações, é possível verificar que elas fazem parcerias com o Sistema S (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-MS, 2011).

O número expressivo de autorização para a Educação Profissional justifica-se por duas razões, no mínimo: pelo aumento do número da indústria na urbe e aumento nos empregos formais, segundo os dados emitidos pela FIEMS.

Segundo dados da RAIS 2006, último ano disponível, a Capital concentra o maior número de estabelecimentos industriais do Estado, ao todo são 1.571 estabelecimentos, o que corresponde a 39% do total de estabelecimentos industriais de Mato Grosso do Sul. O setor industrial de Campo Grande responde por mais de 25.000 empregos formais, o que equivale a 35% de todo o emprego formal na Indústria do Estado (RAIS 2006). Adicionalmente, o emprego industrial da Capital representa 6% de toda a mão-de-obra formalmente empregada em Mato Grosso do Sul. Ademais, na Capital, o Setor Industrial é responsável pela injeção de mais de R\$ 280 milhões por ano em salários pagos aos mais de 25.000 empregados formais nas Indústrias (RAIS 2006). Por conta desse volume, a massa salarial da Indústria de Campo Grande é a maior do Estado, correspondendo a 39% dos mais de R\$ 721 milhões pago em salários pelas Indústrias em Mato Grosso do Sul (RAIS 2006). No primeiro semestre de 2008 foram gerados em Campo Grande 7.630 empregos formais segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado coloca a cidade em 13º lugar no ranking da geração de empregos formais no primeiro semestre entre as capitais brasileiras, de acordo com divulgação realizada pelo Ministério.

Quando comparado com igual período do ano anterior verificou-se que Campo Grande aumentou a geração de empregos formais em 520%. Saindo de 1.230 no primeiro semestre de 2007 para 7.630 nos seis primeiros meses de 2008.

O resultado fez com que a cidade subisse da 21ª colocação no ranking da geração de empregos nas capitais brasileiras do primeiro semestre de 2007 para a 13ª colocação em igual período de 2008.

O desempenho apresentado por Campo Grande no primeiro semestre de 2008 foi influenciado, principalmente, pelas contratações realizadas no setor industrial, que gerou um saldo igual a 4.924 postos (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Esses dados, ainda, revelam que o aumento dos cursos de Educação Profissional, das indústrias e do emprego coloca em evidência a forma pela qual a atuação do Estado e Município com suas parcerias. Estas acentuam a forma como vem sendo organizado o trabalho no final do século XX e início do século XXI. Se no início do século a noção de capital humano determinou a formação e o saber para o trabalho em que a educação tinha como ideário a forma de integrar, ascender e permitir a mobilidade social, o que estamos vendo na atual forma de produção são tipos de cursos que estão sendo deliberados pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, que tem como objetivo incorporar o capital morto por meio da formação e saberes que privilegiam o uso da ciência e da tecnologia. Porém, não podemos esquecer que isso tem um custo, principalmente, social, já que as incorporações da ciência e da tecnologia podem acentuar de forma gradativa a ampliação do desemprego e ampliar a reserva de mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi examinar algumas das ações do governo do Estado de Mato Grosso do Sul no domínio do processo de industrialização no setor secundário, passando pelo município de Campo Grande e os delineamentos deste processo para as políticas de qualificação para o trabalho profissional.

Verificou-se, em um primeiro momento, que o processo de industrialização no setor secundário no Estado de Mato Grosso do Sul e no município de Campo Grande tiveram como meta o desenvolvimento e o crescimento econômico sob dois aspectos: a contribuição para o aumento do PIB do Estado, com vistas à abertura da econômica industrial delineada pelo processo de globalização do capital. Verificou-se que as ações do governo estadual e municipal foram norteadas pelas novas formas de produção, trabalho e competitividade industrial, materializadas nos vários projetos implementados pelos governos cuja realização aconteceu, por meio, da criação das secretarias a nível estadual e municipal. Os objetivos destas ações foram ampliar a estrutura industrial do Estado e criar a capacidade de exploração de alguns serviços básicos, com vistas, na consolidação de um modelo de capitalismo industrial.

Pode-se dizer que o processo de industrialização do Estado, no período de análise, foi movido por vários fatores, dentre eles: o setor público, em que a máquina administrativa animou os índices de emprego regional, por meio, do crescimento de renda e do poder aquisitivo da população; o aumento nos índices de urbanização e pelo crescimento populacional impulsionou investidores para o Estado o que contribuiu para o crescimento de novos processos de produção. Estas ações foram norteadas por uma política industrial cuja centralidade tinha como meta promover as atividades produtivas industriais na direção do desenvolvimento econômico preexistentes no âmbito do espaço geográfico do Estado.

Verificou-se, ainda, que na esfera educacional, o Estado buscou, por meio das ações dos governos estadual e municipal, adequar as políticas de educação para o trabalho às necessidades do desenvolvimento econômico quanto aos aspectos operacionais de treinamento, para o exercício da mão de obra qualificada. As ações dos governos encontraram no sistema educacional brasileiro, através de suas políticas, a responsabilidade da preparação para o trabalho como uma dimensão formativa do educando. Os caminhos para tal preparação passaram pelas ações do governo estadual no âmbito da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e pela Lei Orgânica do Município, cuja preocupação centrou na formação para o trabalho além de supervisionar a formação técnica. O Estado proporcionou uma educação

que considerasse as particularidades das regiões, dos grupos sociais; incentivos fiscais; criou e expandiu a educação profissional tendo em vista as transformações que estavam ocorrendo nas novas formas de organização do trabalho. Isto foi possível constatar nos Planos de Gestão e Metas os governos do Estado, nos períodos de análise.

Diante dessas constatações, pode-se inferir que, por meio, da lógica do processo de industrialização, o Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Campo Grande a função da educação profissional passou a ter como finalidade principal a formação de treinamento para o trabalho, com vistas, a um novo tipo humano capaz de decifrar os novos códigos culturais de uma civilização técnico-científica. Em segundo lugar, a educação profissional é incorporada à lógica do mercado, sendo uma das suas marcas a construção de um novo consenso, em que, espaço público deixou de ser percebido como lugar de conquista e direito da sociedade e passou a ser lido como um entrave ao livre desenvolvimento das aptidões individuais que se expressam por meio das novas formas de produção e trabalho. A educação, ao se integrar à lógica do mercado, assume seu lugar enquanto mercadoria.

REFERÊNCIAS

- BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1977.
- BRASIL. INEP. **Educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006. v. 28.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO. **Plano de desenvolvimento econômico – social do Centro – Oeste**. PLADESCO: Brasília, 1973.
- _____. **II plano nacional de desenvolvimento; programa de ação do governo para a Região Centro-Oeste – 1975 – 1979**. Brasília, 1975.
- BUENO, M. S. S. Formação docente para a educação técnica e profissional de nível médio. In: ENSINO Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação - PUC/São Paulo (Org.). Campinas; Autores Associados, 2005.
- CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Orgs.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC – ABET, 1997.
- CARMO, Jefferson Carriello do. Política de educação e desenvolvimento industrial na gênese da constituição do estado do mato grosso do sul e do município de campo grande (1970-1980). In: JORNADA DO HISTEDBR, 10., 2011, Vitória Conquista. **História da educação: intelectuais, memória e política**. Vitória da Conquista – BA: UESB, 2011. 1 CD-Rom.

CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira: gênese, custo e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO -MS. Autorização de Funcionamento - Educação Profissional Conselho Estadual de Educação. Disponível em <<http://www.cee.ms.gov.br>>. Acesso em: 8 out. 2011.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (Orgs.). **Estudo da competitividade brasileira**. 2. ed. Campinas Papirus; Ed. Unicamp, 1994.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores**. 9. ed. São Paulo: DIEESE, 2008.

DOURADO, Luiz Fernando; PARO Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. Xamã, São Paulo, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

FERRATTI, Celso João. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Mudanças em sistemas estaduais de ensino ante as reformas no ensino médio e no ensino técnico. In: ENSINO Médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação - PUC/São Paulo (org.). Campinas; Autores Associados, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Radar industrial**. Disponível em: <<http://www.fiems.org.br/novo/radar/>> Acesso em: 05 out. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOVERNO DE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.

IVERS, Irinéia. Políticas para o ensino médio e profissional: o decreto 2.208/97. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 1. p. 67-83, jan./jun. 2000.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Dinâmicas produtivas da economia de exploração no Mato Grosso do Sul – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 21, p. 33-47, jan./abr. 2011.

LEITE, Elenice, M.. Renovação tecnológica e qualidade do trabalho: efeitos e expectativa. CASTRO, Nadya Araújo de (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEITE, Marcia de Paula. Modernização tecnológica e relações de trabalho. In: FERRATTI, Celso João. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994a.

_____. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de; SIQUEIRA, José Francisco Neto; OLIVEIRA, Marco Antonio de et al. **O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994b.

MACHADO, Lucília Regina de Souza, NEVES, Magda de Almeida, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs. et al). **Trabalho e educação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 13. ed. São Paulo: Bertrad, 1989. v. 1, Livro 1.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Orgânica do Município de Campo Grande. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/orglaw.pl?city=Campo%20Grande&state=ms>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Os caminhos do desenvolvimento**. Campo Grande: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 1984.

MATO GROSSO DO SUL. Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul. **Mato Grosso do Sul: aspectos econômicos**. Campo Grande: CODESUL, 1985.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO. **Plano estadual de educação**. Campo Grande, 2004.

MERCUSE, Daniel; SPURK, Jan. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal (Coord.). **Diagnóstico da formação profissional: ramo metalúrgico Brasil**. São Paulo: Confederação Nacional dos Metalúrgicos; Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o trabalho; Artchip, 1999.

MORAES, Tatiana Beaklini. A reforma do ensino médio e as políticas de currículo nacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 1. p. 57-65, jan./jun. 2000.

NEVES, Lúcia Maria Wanderlei. 2. ed. **Brasil 2000: nova divisão de trabalho na Educação**. São Paulo: Xamã, 2000.

PERFIL socioeconômico de Campo Grande: Mato Grosso do Sul: edição 2006-2007. 13. ed., rev. Campo Grande: PLANURB, 2006.

PERFIL socioeconômico de Campo Grande: Mato Grosso do Sul: edição 2007-2008. 14. ed., rev. Campo Grande: PLANURB, 2008.

PETRINI, Fernanda Helena. Ensino médio no Brasil e reformas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 1. p. 47-56, jan./jun. 2000.

SABATOVSKI, Emilio, et al (Org. notas e revisão). **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SANTOS, Ricardo Fernandes; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; SILVA, Alexandre Monteiro. Análise do nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2010, Campo Grande, MS.

SENNA, Ester (Org.). **Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das políticas sociais**. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

_____. Estado, economia e políticas públicas em Mato Grosso do Sul: balanço da década de 80. In: SENNA, Ester (Org.). **Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das políticas sociais**. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

SUPLAN/DIPLAN. Relatório de Gestão do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul 2001.

_____. Relatório de Gestão do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul 1999.

_____. Relatório de Gestão do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul 1995-1998.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

TIRYAKIAN, Edward A. O trabalho em Émile Durkheim. In: MERCUSE, Daniel; SPURK, Jan. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ZAMBERLAN, Carlos Otávio et al. Análise da industrialização sul-mato-grossense em fase da industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6. n. 3, p. 114-135, set./dez. 2010.